

Anatel se prepara para bloquear bets irregulares

Ministério da Fazenda divulgará lista com sites regularizados

Por Gabriela Gallo

A partir de 11 de outubro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciará o bloqueio de sites de apostas online, conhecidos como bets, que forem considerados ilegais pelo Ministério da Fazenda. A pasta divulgará uma lista completa com todas as empresas que estão cadastradas e têm autorização para atuarem no Brasil. Após a lista divulgada, os apostadores que têm dinheiro depositado em empresas de aposta online irregulares terão um prazo de dez dias, a contar a partir desta terça-feira (1º), para sacar os recursos.

Em conversa com a imprensa, nesta terça-feira (1º), o secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudena, destacou que a lista é “fundamental para se fazer um crivo inicial e separar as empresas que de fato poderão atuar, e, portanto, que poderão fazer publicidade, das empresas que não poderão mais fazer”.

A declaração foi feita após uma reunião com representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), justamente para tratar da veiculação de publicidade das bets e vetar propagandas ostensivas.

“Essa lista é uma referência para quem quiser fazer apostas. Caso o cidadão queira fazer apostas e queira saber se ele está em um ambiente regulado, ele tem que saber que essa lista estará no site do Ministério da Fazenda, onde só ficarão os regulares”, destacou.

Todavia, ele pontuou que eventuais sites que queiram ser



Joédson Alves/Agência Brasil

Após pressão do governo, 181 bets regularizaram sua situação

regularizados no Brasil poderão solicitar ao Ministério da Fazenda para atuarem nacionalmente. Somente na última segunda-feira (30), depois que o governo anunciou que enduereceria contra as casas de apostas, 181 sites de bets solicitaram autorização para operar de forma legal no Brasil.

“O fluxo de pedidos de autorização é contínuo. Então, qualquer nova empresa que se interessar em cumprir a lei e todas as regras estabelecidas por nós e eventualmente as regras, por exemplo, do setor de publicidade, eles podem vir ao ministério pedir autorização. Uma vez cumpridos todos os requisitos, eles levam autorização. Primeiro você pede autorização e, uma vez autorizado, aí você pode atuar”, afirmou Dudena.

Questionado pela imprensa sobre eventuais medidas que a Fazenda adotará para impedir que o dinheiro do programa social Bolsa Família seja usado

para apostas online, o secretário se limitou a dizer que a pasta está dialogando com demais setores do governo para a eventual imposição de novas medidas. Ele não falou sobre bloqueio de cartões.

AGU

Ainda nesta terça-feira, a Justiça do Distrito Federal concedeu uma liminar à Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) para garantir que os sites de bets credenciados por ela continuem operando e fazendo publicidade em todo o país, mesmo sem o credenciamento na Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do governo federal.

Questionado pela imprensa, o secretário informou que a Advocacia-Geral da União (AGU) está monitorando e atuará contra possíveis questionamentos no Judiciário às portarias que estabelecem regras e limites para a atuação das bets. “A Advocacia-Geral da União

está olhando e vai dar a resposta judicial que é necessária. Não temos nenhuma preocupação maior sobre esse tema. É um caso bastante circunscrito”, informou.

A AGU já se manifestou que “adotará as medidas necessárias para buscar a reforma da decisão judicial”.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avalia ser urgente uma tomada de decisão por parte do poder público para tomar providências que evitem o assédio publicitário promovido pelas bets nos meios de comunicação. Ele destacou que as limites para apostas online serão adotadas, a fim de proteger as famílias. “Tudo está sendo discutido para proteger as famílias [desse tipo de assédio]”, disse após reunião com o Conar e a Abert.

O Ministério da Fazenda havia prometido divulgar a lista na terça-feira. Mas até o fechamento da edição, isso não tinha acontecido.

Anielle Franco presta depoimento contra ex-ministro Silvio Almeida

Por Gabriela Gallo

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, prestará depoimento à Polícia Federal (PF) contra o ex-ministro de Direitos Humanos Silvio Almeida, nesta quarta-feira (2). O depoimento acontecerá quase um mês após uma série de denúncias de assédio moral e sexual contra o ex-ministro. O caso é investigado pela PF, sob determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça.

Enquanto o caso é investigado, a ONG Me Too Brasil, entidade que combate violências sexuais (seja assédio sexual, importunação sexual ou estupro), orientou suas secretárias a não comentarem sobre o caso do ex-ministro do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As informações são do site Uol. Foi a partir do Me Too que surgiram as denúncias contra Silvio Almeida. Segundo o site, outras mulheres além de Anielle procuraram a ONG.

Plano contra assédio

Após o escândalo, o governo federal anunciou nesta terça-feira (1º) – em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), em medida assinada pela ministra de Gestão e Inovação (MGI), Ester Dweck – um plano contra assédio na administração pública, incluindo autarquias e fundações. A



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Anielle foi vítima de assédio sexual de Silvio Almeida

proposta do plano é dar “atenção especial” e promover maior escuta para grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres, pessoas negras, indígenas, idosos, pessoas com deficiência e da comunidade LGBTQIA+. Os dados pessoais dos denunciantes ficarão em sigilo.

Segundo o MGI, as 300 ouvidorias espalhadas pelos órgãos públicos federais serão reforçadas. Além disso, a medida também vale para empresas contratadas pelo governo federal. “Os editais de licitação e os contratos com empresas prestadoras de serviços executados com regime de dedicação

exclusiva de mão de obra deverão prever cláusulas em que as empresas assumam compromisso com o desenvolvimento de políticas de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho”, declarou o MGI.

A proposta é que os denunciantes sejam protegidos por eventuais retaliações às denúncias. Como, por exemplo: demissão arbitrária; alteração injustificada de funções, atribuições ou local de trabalho; imposição de sanções; prejuízos remuneratórios e retirada de benefícios, diretos ou indiretos.

As denúncias podem ser realizadas presencialmente pelos canais de atendimento das Ouvidorias, ou pela plataforma Fala.BR – canal da Controladoria-Geral da União (CGU) para os cidadãos realizarem denúncias, elogios, reclamações, solicitações ou enviar sugestões. De acordo com o governo federal, as declarações da vítima de assédio ou de discriminação serão qualificadas como meio de prova com alta relevância.

Relembre o caso

Em 5 de setembro, o portal Metrôpolises informou que a ONG Me Too recebeu diversas denúncias de assédio sexual contra o então ministro de Direitos Humanos. Dentre as vítimas, a ministra de Igualdade Racial.

Segundo os relatos de Anielle Franco, as insinuações incluíram toques nas pernas da ministra, beijos inapropriados e declarações chulas e de conteúdo sexual.

Após a publicação da reportagem, a primeira-dama Janja da Silva publicou uma foto em suas redes sociais beijando a testa de Anielle, em uma demonstração de apoio à ministra.

No dia seguinte, em 6 de setembro, o presidente Lula conversou com Anielle e depois conversou com Silvio Almeida, e o ministro deixou o cargo. Silvio Almeida nega todas as acusações.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução/PSB

Siqueira afirma que proposta é inaceitável

Presidente do PSB rejeita voto útil em Boulos

Presidente do PSB, Carlos Siqueira não quer nem ouvir falar na possibilidade de o partido concordar o chamado voto útil em São Paulo: eleitores de Tabata Amaral migrariam para Guilherme Boulos (Psol). Isso, para tentar garantir a presença de um candidato de esquerda no segundo turno.

Na última pesquisa Quaest, ela ficou com 11% das intenções de voto; o pso-

lista, com 23%. “O voto útil é inaceitável, a eleição em dois turnos existe para que cada um ofereça suas propostas”, protesta Siqueira. Para ele, a eventual presença de dois candidatos de direita — Ricardo Nunes (MDB) e Pablo Marçal (PRTB) — na fase decisiva da disputa não justifica uma desistência de Tabata. “O eleitor escolheu, ‘tá’ escolhido”, afirma.

Esperança

Ele ressalta que a candidata tem crescido (tinha 8% na pesquisa anterior) e que o percentual de indecisos (6%) mantém a possibilidade de ela chegar no segundo turno. “O partido tem que manter a esperança”, disse. Siqueira classificou de excelente a performance de Tabata.

Previsão

O dirigente prevê que o PSB conquistará, “por baixo”, entre 230 e 250 prefeituras (em 2020, foi vitorioso em 252 cidades). “Muita gente diz que vamos ganhar mais prefeituras”, ressaltou. Em Recife, o candidato do PSB à reeleição, João Campos, tem 75% na Quaest.



Reprodução/UOL

Guilherme Boulos busca eleitores da adversária

Candidato do Psol faz acenos discretos para Tabata

Embora não fale abertamente em voto útil, Boulos tem feito movimentos nessa direção. Reclamou de críticas que Tabata fez a ele em debates, frisou que ambos pertencem ao mesmo campo político. Na segunda, um manifesto de artistas e intelectuais pede o voto em Boulos já no primeiro turno para evitar que Nunes e Marçal

sejam vitoriosos. Entre os apoiadores estão Carla Camuratti, Denise Fraga, Lília e Luiz Schwarcz. Outro documento que também começou a circular esta semana defende a opção por Tabata. Na lista de signatários estão o economista Armínio Fraga, Luciano Huck, Marcos Palmeira e KondZilla.

Desafio

O bom desempenho de Tabata em debates e seu crescimento em pesquisas levantaram uma questão na campanha de Boulos: como tentar contê-la sem gerar mágoas que comprometam seu apoio num eventual segundo turno. A conferir amanhã, no debate da Globo.

Simulações

Serão três rodadas de simulação de confrontos. A primeira foi ontem; as próximas ocorrerão hoje e amanhã. Há um consenso na equipe de que faltou preparação para que ele encarasse um formato diferenciado de debate como o de segunda-feira passada.

Intensivão

A equipe do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), decidiu submetê-lo a uma nova e intensa rodada de treinamentos. Tudo para evitar que amanhã ele volte a ter um desempenho muito ruim, como o que apresentou no debate promovido pela Folha e pelo Uol.

Bloqueio

Assessores tentam convencer Nunes da necessidade de ele ter uma resposta pronta caso volte a ser questionado sobre o boletim de ocorrência, por agressão doméstica, que sua mulher registrou em 2011. O prefeito demonstra ter um bloqueio ao tratar do assunto.